

PPGPP
30 ANOSJOINPP
20 ANOS

XI Jornada
Internacional
Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASILREIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICAFormação da Consciência de
Classe na Luta de HegemoniasCEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS

O PROJETO ORLA E O (NÃO) DIREITO À MORADIA NA ESTRADA NOVA EM BELÉM-PA

Taynáh de N. Argolo Marinho¹Sandra H. Ribeiro Cruz²

RESUMO

Este artigo apresenta os principais resultados apontados na pesquisa de mestrado produzida no âmbito do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, da Universidade Federal do Pará, que teve por objetivo analisar o (Não) direito à moradia digna às famílias remanejadas pela intervenção do Projeto Orla implementado na Bacia Hidrográfica da Estrada Nova, pela Prefeitura Municipal de Belém, no estado do Pará. O aporte teórico e metodológico da pesquisa foi conduzido pela perspectiva crítica e dialética, com uma abordagem quali e quantitativa por meio da análise bibliográfica, documental e de campo. Os resultados evidenciam que o Projeto Orla não tem como centralidade a habitação de interesse social às famílias e corroborou para o empobrecimento e segregação socioterritorial das famílias na Estrada Nova.

Palavras-chave: Direito à Moradia Digna; Direito à Cidade; Projeto Orla.

ABSTRACT

This article presents the main results pointed out in the master's research produced within the scope of the Graduate Program in Social Work, at the Federal University of Pará, which aimed to analyze the (No) right to decent housing for families relocated through the intervention of the Project Waterfront implemented in the Estrada Nova Watershed, by the Municipality of Belém, in the state of Pará. The research's theoretical and methodological contribution was conducted through a critical and dialectic perspective, with a qualitative and quantitative approach through bibliographic, documental and field analysis. The results show that the Orla Project does not focus on housing of social interest to families and has contributed to the impoverishment and socio-territorial segregation of families in Estrada Nova.

Keywords: Right to Decent Housing; Right to the City; Orla Project.

¹ Assistente Social e Mestra em Serviço Social pelo Programa de Pós-Graduação em Serviço Social (PPGSS) da Universidade Federal do Pará (UFPA); taynah.a.marinho@gmail.com

² Assistente Social e Doutora em Ciências Socioambientais pelo Núcleo de Altos Estudos Amazônicos (NAEA) da Universidade Federal do Pará (UFPA); shelena@ufpa.br

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP
30 ANOSJOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASILREIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICAFormação da Consciência de
Classe na Luta de HegemoniasCEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS

1 INTRODUÇÃO

O presente artigo tem por objetivo apresentar os resultados da dissertação de mestrado produzida no âmbito do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social (PPGSS), da Universidade Federal do Pará (UFPA), que visou analisar o (Não) direito à moradia digna às famílias remanejadas pelo Projeto Orla implementado na Bacia Hidrográfica da Estrada Nova sob responsabilidade da Prefeitura Municipal de Belém (PMB), no estado do Pará.

A pesquisa, foi realizada no período de 2018 a 2021 e, faz parte do Grupo de Pesquisas em Políticas Urbanas e Movimentos Sociais na Amazônia Globalizada (GPPUMA) vinculado ao PPGSS, que reúne professores pesquisadores e discentes da graduação e pós-graduação e assim sendo, é resultado de esforço coletivo de um conjunto de pesquisadores que buscam entender a questão urbana e habitacional no contexto da sociedade capitalista para, através do conhecimento científico, criar estratégias de luta junto aos movimentos e organizações populares pelo direito à moradia digna e à cidade.

No que tange ao aporte teórico e metodológico que conduziu a análise da pesquisa, buscou-se fundamentar-se no materialismo histórico e dialético a partir de uma abordagem quali e quantitativa por meio da análise bibliográfica, documental e, de campo com a aplicação de 17 questionários e a partir da análise destes, selecionou-se três (03) famílias e uma (01) liderança política da Associação de Moradores Prejudicados do Portal da Amazônia (AMPPA) para serem entrevistados.

Frisa-se que dado o contexto pandêmico em virtude das medidas de distanciamento social e lockdown decretadas pelo Governo do estado à época, não foi possível realizar a entrevista com o gestor municipal e os técnicos da Secretária Municipal de Habitação (SEHAB), demandando o reordenamento do planejamento da pesquisa de campo. Dessa forma, como estratégia de coletar o posicionamento e informações da SEHAB, optou-se por fazer uso dos discursos e depoimentos dos representantes e secretário da SEHAB, coletados em audiências públicas e reuniões.

PROMOÇÃO



APOIO

PPGPP
30 ANOSJOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASILREIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICAFormação da Consciência de
Classe na Luta de HegemoniasCEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS

A abordagem que se traça neste artigo, parte de uma perspectiva crítica, na qual se compreende que o direito à cidade e o direito à moradia digna não se restringem apenas a aquisição da casa, mas abrange o acesso às políticas públicas e a todos os serviços e equipamentos urbanísticos.

Para Harvey (2014), o direito à moradia está imbricado indissociavelmente ao direito à cidade, pois este insurge da dor e do descontentamento dos pobres sobre suas condições de sobrevivência nas cidades. Desse modo, “A ideia de direito à cidade [...] surge basicamente das ruas, dos bairros, como um grito de socorro e amparo de pessoas oprimidas em tempos de desespero” (HARVEY, 2014, p. 15).

Segundo o autor, o direito à cidade é reivindicado como um direito coletivo e democrático sobre o processo de excedente da urbanização, cabendo aos movimentos sociais urbanos assumirem o protagonismo de transformar e reinventar a cidade a partir das necessidades e desejos das frações das classes trabalhadoras, no que tange a socialização dos bens e recursos da urbanização.

É nesse sentido que se buscou analisar o objeto de investigação da pesquisa, tendo por base a perspectiva de Lefebvre e Harvey sobre o conceito de direito à cidade e o direito à moradia digna como aquele vai além da habitação, mas compreende um conjunto de elementos indispensáveis para a reprodução social da classe trabalhadora, como o acesso aos serviços urbanos, equipamentos coletivos e políticas públicas, mas também a segurança da posse, a liberdade de reinventar-se no espaço e apropriar-se do território e da moradia como lugar de pertencimento que está relacionada às raízes identitárias, à história e trajetória de vida, às vinculações sociais, culturais e políticas construídas com o espaço de reprodução social.

2 O PROJETO ORLA NA BACIA HIDROGRÁFICA DA ESTRADA NOVA

A Bacia Hidrográfica da Estrada Nova (BHEN) é a terceira maior bacia hidrográfica do município de Belém, com extensão de 9,54 km², com 72,70% de seu solo constituído de áreas inundáveis pelos efeitos das marés e/ou das chuvas

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP
30 ANOSJOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASILREIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICAFormação da Consciência de
Classe na Luta de HegemoniasCEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS

constantes da região. Nessa área, moram aproximadamente, 245.238 pessoas, correspondente a 17,75% da população total do município de Belém (BELÉM, 2008).

Por se tratar de terrenos de marinha, nessa área da orla, o processo de ocupação se deu de forma irregular sem a regularização e titulação da posse. No que tange ao uso do solo, este é constituído de forma mista por moradias às margens do rio e dos canais com estruturas em palafitas e, também, por atividades de comercialização de madeiras e estâncias, atividades industriais com o beneficiamento da castanha-do-Pará e da madeira por meio de serrarias e de serviços com o transporte de carga de passageiros (BELÉM, 2008).

A população da bacia da Estrada Nova está distribuída pelos bairros do Jurunas, Batista Campos, Cremação e Condor, que juntos compõem diretamente a bacia, os bairros de Cidade Velha, Nazaré, São Brás e Guamá compõem indiretamente a bacia.

Na ausência de um programa oficial de ordenamento urbano, o município de Belém teve sua ocupação de forma espontânea e sem planejamento para os bairros que constituem as áreas denominadas por baixadas, como os bairros do Jurunas, Guamá, Cremação e Condor, que não receberam serviços em infraestrutura urbana, constituindo-se em solos propícios aos alagamentos com extrema carência e precariedade em saneamento básico (BELÉM, 2007).

Nesse contexto, a Prefeitura Municipal de Belém (PMB), iniciou em 2005 a implementação do Projeto Orla à margem do Rio Guamá, conhecido atualmente como Portal da Amazônia. Inicialmente a PMB previa a urbanização de 6 km de pista, no entanto, somente 1,8 km foram concluídos e entregue em 2012 pela Secretária Municipal de Urbanismo (SEURB), compreendendo o trecho da rua veiga cabral até a mundurucus, no bairro do Jurunas.

O Projeto Orla objetivou a urbanização e reconfiguração paisagística da orla, onde buscou garantir a cidadania para a população local, com melhores condições de moradia, retomando a relação com o rio através da implementação de ações socioambientais na cidade de Belém, transformando-a em uma área de circulação

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP
30 ANOSJOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASILREIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICAFormação da Consciência de
Classe na Luta de HegemoniasCEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS

com quatro pistas, uma grande área de lazer e circulação composta por passeio público, ciclovias, estacionamentos, quadras poliesportivas e parques infantis, com vista livre para o Rio Guamá e foi orçado em mais de R\$ 125.000.000,00 (Cento e vinte e cinco milhões de reais) (BELÉM, 2006).

Para viabilizar sua execução do Projeto, se fez necessário o remanejamento de mais de 388 edificações, correspondente a 1.428 pessoas, entre moradias e comércios instalados em sua maioria sobre palafitas e aterros precários, segundo o levantamento socioeconômico da área da Orla desenvolvidos pela Secretária Municipal de Habitação (SEHAB) em 2008.

O Projeto previu o reassentamento de 360 famílias que optaram por uma unidade habitacional a ser construída na Orla logo após a urbanização da nova via, mas, até o presente momento não foram concluídas em sua totalidade.

No Plano de Reassentamento do Portal da Amazônia/Orla, a Prefeitura, através da SEHAB, prevê a construção do projeto habitacional para o atendimento das 360 famílias no bairro do Jurunas, conforme consta no referido documento.

O projeto urbanístico para a orla da Estrada Nova, sub-bacia 01, terá 360 unidades habitacionais destinadas ao reassentamento de famílias residentes em áreas afetadas pelo Projeto da Orla da Estrada Nova e localiza-se na confluência da Passagem Osvaldo de Caldas Brito, entrada pela Beira-mar se estendendo até a Orla, abrangendo as vilas: Elaine, Passarinho, Valério Amorim, Santos, Palmito, Santa Rita, Gigi e Passagem Beira-mar [...] O conjunto habitacional se constituirá de 45 blocos com 08 apartamentos em cada bloco (totalizando 360 unidades habitacionais), mais áreas remanescentes (paisagismo, praça, e área de lazer). Cada bloco terá 02 pavimentos e será revestido externamente com reboco paulista com pintura em PVA para exteriores, terá telhado em telha de barro, sendo sua estrutura em madeira (BELÉM, 2008, p. 11).

Entretanto, das 360 famílias que aguardam o reassentamento nas unidades habitacionais, 16 foram reassentadas em 2012 nos 02 blocos entregues e localizado na Orla do Portal da Amazônia, e mais recentemente em 2021, 15 famílias foram reassentadas em mais 02 blocos entregues na rua Osvaldo de Caldas Brito. Desde então, as 329 famílias que ainda não obtiveram suas unidades habitacionais aguardam a conclusão do projeto habitacional e recebem o auxílio aluguel no valor

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP
30 ANOSJOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA
Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS



de R\$ 500,00 (Quinhentos reais), o que tem gerado diversos conflitos e a insatisfação popular.

Segundo Cruz (2012), o projeto Orla não tem como centralidade a melhoria da qualidade de vida e moradia da população que habitava em palafitas e em terrenos alagadiços. Nesse sentido, os moradores passaram a se organizar através da Associação de Moradores Prejudicados do Portal da Amazônia (AMPPA) e reivindicar o direito à moradia digna, exigindo participação e transparência das informações sobre o projeto e seus efeitos.

Tal perspectiva é perceptível através do modus operandi deste GPU, cuja centralidade nesse modelo de política urbana está na reconfiguração da cidade para a atração de investimentos do mercado imobiliário, enquanto a questão da moradia das populações locais permanece sujeita às ações de remoção, remanejamento e reassentamento, sobretudo para áreas distantes do território urbanizado. Dessa forma, este projeto de intervenção corresponde “[...] muito mais às novas exigências de acumulação do capital na cidade contemporânea do que, propriamente, a um projeto de democratização do território” (PONTE, 2006, p. 7).

3 O (NÃO) DIREITO À MORADIA NO CONTEXTO DO PROJETO ORLA: a perda da moradia como lugar de pertencimento na Orla do Portal da Amazônia

A moradia é uma necessidade humana básica que comporta aspectos políticos, sociais, culturais e espaciais. Neste prisma, o ato de morar supera o aspecto meramente físico da casa, representa o lugar do abrigo, o local de segurança, do aconchego na família, é um processo relacional em que estão imbricados o homem e seu espaço de habitar (NALIN, 2013).

Aludindo à perspectiva Lefebvriana (2001), a moradia como o lugar de pertencimento pode ser compreendida como o habitar, onde a realização da vida concreta plenamente acontece dotada de criatividade e intelectualidade, pois o habitar tem o sentido de totalidade, constitui o processo de humanização do homem.

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP
30 ANOSJOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASILREIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICAFormação da Consciência de
Classe na Luta de HegemoniasCEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS

Reportando-se às famílias em auxílio aluguel, percebemos que as relações e práticas cotidianas com o espaço revelam as formas de uso e apropriação do lugar de morar e viver, que se fazem perceber por meio das ocupações da moradia autoconstruída, das estratégias e táticas de acessar os serviços públicos de abastecimento de água e energia elétrica de forma improvisada e clandestina.

O Lugar ganhar não só significação, como se revela resultante de uma absoluta determinação, ou seja, da necessidade da adoção de formas de viver, morar e se relacionar com o ambiente nem sempre escolhido, ou de escolhas que se dão a partir de uma gama reduzida de possibilidades. Trata-se de um conjunto de determinações que desenha a desigualdade para além da possibilidade de escolha consciente desses sujeitos (VARGAS, 2017, p. 106).

O processo de ocupação às margens do rio Guamá, com moradias em palafitas e terrenos alagadiços, demonstram como essas pessoas passaram a se apropriar do lugar de morar e viver mesmo em condições precárias e adversas, tornando mais significativa e simbólica a importância que tem esse lugar quando não se tinha alternativa de sobrevivência na cidade formal e legal.

Dessa forma, a moradia como lugar de pertencimento carrega também a história de vida, das dificuldades enfrentadas para ser construir um lar, mesmo em condições precárias em decorrência do terreno impróprio para habitação e a irregularidade da posse, o sentimento de satisfação e felicidade de ter a casa supera tais dificuldades, como bem expressa a narrativa de um morador ao relatar as condições de moradia na área da orla antes do processo de remanejamento: “Aonde nós morávamos era em cima da água, lama, mas nós éramos os donos e éramos felizes” (Depoimento de morador em audiência pública, 2017).

Esse mesmo sentimento de pertencimento é perceptível no depoimento de uma moradora que também está em auxílio aluguel: “Quando eu morei lá na vila passarinho, entrava a maresia, a onda da água vinha por de baixo da casa, mas ali eu era feliz, com aquela água, aquele barulho, eu era feliz” (Depoimento de uma moradora, 2018).

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP
30 ANOS

JOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023

CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA

Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS



Dessa forma, a orla, com seu valor de uso, constitui-se no lugar da reprodução social onde a população vinda do interior e das ilhas do Estado em busca de melhores oportunidades de estudo e trabalho encontrou nesse espaço um pedaço de “chão” para morar e viver.

Eu não nasci na capital, eu vim por uma situação de necessidade, eu vim do interior, como a maioria das pessoas aí da beirada não nasceram em Belém, as palafitas que moravam aí, a grande maioria vieram do interior, por não conseguirem comprar casa dentro da cidade foram fazendo casa por cima da água, das palafitas, foram aglomerando (Entrevistada 1, pesquisa de campo, 2020).

Não obstante, no contexto da produção de cidades mercadorias, a orla passa a ser atrativa para o grande capital como recurso potencializador de investimentos financeiros. Dessa forma, novas necessidades são colocadas para a (re)apropriação desse espaço, necessidades essas correspondentes à expansão e aos investimentos do mercado imobiliário, mas que no campo do discurso oficial são alegadas como necessárias para sustentabilidade socioambiental e resgate da cidadania da população local.

Dessa forma, na tentativa de (re)apropriação da orla, o poder público, ao passo que atende ao projeto de embelezamento de cidade e renovação urbana, reproduz os efeitos segregativos, fazendo uso da intervenção urbanística do Projeto Orla para remover a população da área redesenhando a história social do lugar.

É importante acrescentar aqui que as unidades habitacionais destinadas ao reassentamento das famílias em auxílio aluguel, conforme é explicitado no Plano de Reassentamento Portal da Amazônia/Orla, segue a lógica padronizada de apartamentos que não atendem às necessidades e particularidades do modo de habitar das populações ribeirinhas, o espaço da rede, o quintal. Logo, percebe-se o habitat prevalecendo sobre o habitar como apontou Lefebvre.

Desse modo, é questionável a forma como é concebido o projeto habitacional de reassentamento das famílias em auxílio aluguel e, portanto, a efetividade do direito à moradia digna no âmbito do projeto Orla. Com isso, não queremos dizer que as

PROMOÇÃO



APOIO

PPGPP
30 ANOS

JOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023

CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA

Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS



unidades habitacionais não são importantes, ao contrário, elas são fundamentais, nossa crítica consiste no modelo de planejamento dessa forma de conceber a moradia à classe trabalhadora.

A moradia como uma necessidade básica de sobrevivência humana pressupõe não apenas o direito a casa com uma boa infraestrutura e com acesso a serviços e equipamentos coletivos de educação, saúde, transporte entre outros, mas significa também a possibilidade de gozar de paz, segurança, dignidade, trabalho, bem estar urbano, oportunidade de (re)construir seu lugar de pertencimento a partir de suas necessidades individuais e coletivas (HARVEY, 2014; LEFEBVRE, 2001).

Desse modo, quando perguntamos aos entrevistados o que eles entendiam por morar com dignidade, destacou-se a fala de uma moradora ao discorre o que entende por direito à moradia digna.

[...] Uma moradia digna é ter uma boa estrutura, um bom saneamento e que você realmente possa desfrutar, é realmente sonho né, mas é você ter o que é seu, uma moradia digna é você ter um local que seja seu, mas que tenha um bom saneamento, uma boa estrutura, que você possa ir e voltar com segurança, que você tenha na área uma boa saúde, uma boa educação, esse seria o ideal, o sonho, de você não ter que dormir na fila pra pegar uma ficha, você saber que ali na sua área, onde você mora você pode contar com o posto de saúde, com o CRAS, você possa contar com a educação, e você poder voltar pra sua casa e descansar a sua cabeça tranquilo sabendo que amanhã você não tem que mudar, você não ter que enfrentar uma enchente e que a sua casa não vai pro fundo, ou a estrutura abalada, então tudo isso é uma questão de digno né, seria o ideal, o sonho, mas a gente sabe que a realidade é outra né (Entrevistada 1, pesquisa de campo, 2020).

O discurso demonstra que o sonho pela moradia digna na orla comporta os aspectos da infraestrutura da casa e do bairro com acesso aos serviços públicos de saneamento básico, bem como as políticas de assistência social, de saúde, educação, segurança, entre outras, direitos esses que historicamente foram negados à população pobre das áreas de baixadas com a ausência do Estado.

Ao observarmos as condições de moradia em que sobrevivem atualmente essas famílias, constatamos que o projeto não implicou mudanças positivas no sentido de assegurar melhores condições de habitação, ao contrário, as famílias se

PROMOÇÃO



APOIO

PPGPP
30 ANOS

JOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023

CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA

Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS



tornaram mais vulneráveis e empobrecidas com a perda de bens materiais e com o aumento do custo de vida, expostas à insegurança da posse e aos efeitos da gentrificação e segregação urbana.

Em termos de infraestrutura, percebemos que na atual moradia alugada para aquelas famílias que pagam a mais de R\$ 700,00 (setecentos reais) no valor do aluguel, houve, em certa medida, uma melhoria das condições de moradia em decorrência da residência ter como padrão construtivo a alvenaria, a rua asfaltada e com iluminação pública, e acesso ao saneamento básico, no entanto, estas precisam complementar o valor do auxílio que é insuficiente. O mesmo já não ocorre àquelas famílias que pagam um valor inferior do aluguel, com padrão de construção em madeira ou mista (alvenaria e madeira), no caso das moradias alugadas no bairro do Jurunas, as residências estão localizadas geralmente em vilas que ainda permanecem nas mediações do Portal da Amazônia.

Quando verificamos o nível de satisfação das famílias em auxílio aluguel, percebemos que elas se sentem insatisfeitas em razão da insegurança da posse e de que a residência alugada limita a relação de pertencimento com o lugar de morar e viver.

Ao perguntarmos sobre o nível de satisfação da moradia antes e depois do auxílio aluguel, verificamos que a maioria não está satisfeita com a residência atual. Das dezessete (17) famílias que responderam ao questionário, nove (09) e seis (06) informaram que estavam muito satisfeitas e satisfeitas, respectivamente, com a moradia anterior, mesmo com a situação de irregularidade da posse e do padrão construtivo, enquanto onze (11) informaram não se sentirem satisfeitas atualmente com a moradia alugada, conforme se observa no gráfico 1 a seguir:

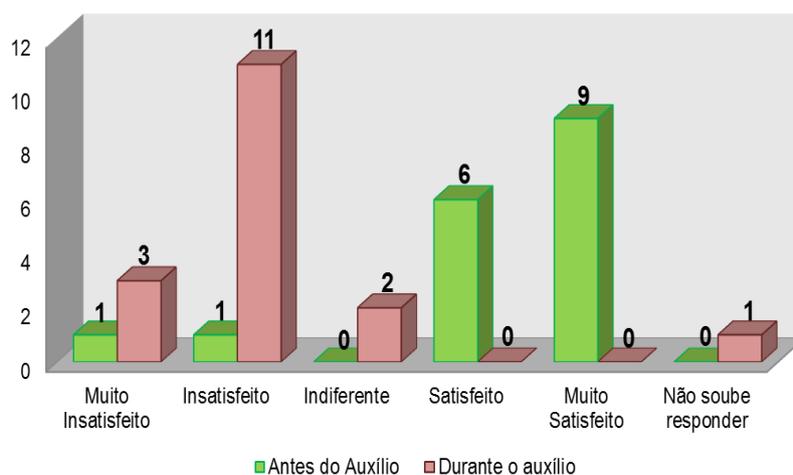
PROMOÇÃO



APOIO



Gráfico 1 – Comparação do nível de satisfação dos entrevistados em relação a moradia antes e durante o auxílio aluguel.



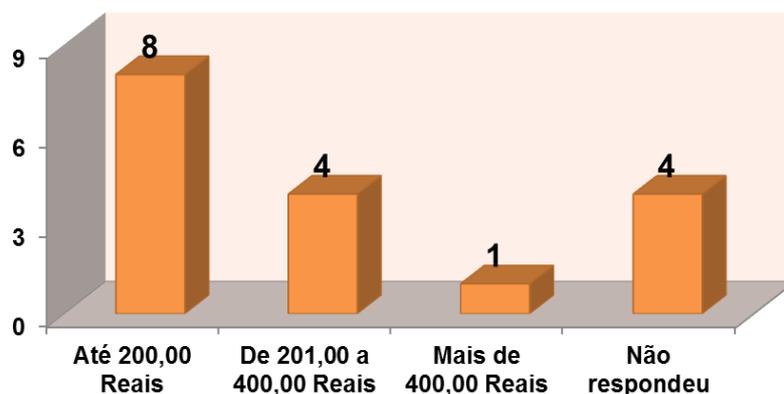
Fonte: Elaboração da autora, sistematização estatística Neves (2020).

Diante de tais constatações, observa-se que o poder público não tem assegurado condições minimamente adequadas para a sobrevivência das famílias que na situação de beneficiárias do auxílio aluguel, estão sob a responsabilidade da Prefeitura, esta por sua vez deveria prover melhores condições para a reprodução social das mesmas enquanto aguardam a entrega das unidades habitacionais.

Um outro fator que atesta a insatisfação é o empobrecimento das famílias desde que foram remanejadas, pois o atual valor do auxílio de R\$ 500,00 (Quinhentos reais) não é suficiente para suprir as despesas do aluguel.

Desse modo, quando questionado às famílias se precisam complementar o valor do aluguel e quanto, dos 17 moradores que responderam ao questionário, 13 informaram que precisam acrescentar um valor para pagar a residência locada, desses, oito (08) responderam complementar com até R\$ 200,00 (duzentos reais), quatro (04) complementam de R\$ 201,00 (duzentos e um reais) a R\$ 400,00 (quatrocentos reais), e um (01) complementa com mais de R\$ 400,00 (quatrocentos reais) conforme aponta o gráfico 2:

Gráfico 2 – Distribuição dos entrevistados segundo o valor de complemento no aluguel.



Fonte: Elaboração da autora, sistematização estatística Neves (2020).

Dessa forma, verificam-se os transtornos gerados à vida diária e às condições básicas de reprodução social das famílias em auxílio aluguel que tiveram sua renda comprometida, precisando complementar o valor da residência alocada, tornando-as mais vulneráveis e empobrecidas.

A partir do exposto, é perceptível que o Projeto Orla não visa resolver o problema de habitações precárias da classe trabalhadora, esta por sua vez é rechaçada do acesso aos benefícios de morar no espaço reconfigurado, em contrapartida vem se concretizando a perversa valorização do interesse privado sobre o coletivo e a valorização da imagem, ainda que falsa de progresso.

[...] qual foi a melhoria que o portal da Amazônia trouxe para a população? [...] sinceramente falando a aparência linda, atraiu turista ok, internamente falando, um pesadelo, violência, descaso, foi isso que trouxe por que externamente falando, quem tá fora, quem chega ao Portal é lindo e maravilhoso, um lugar pro turista, pra passear com a família e quem mora lá? E quem saiu das suas casas? Pesadelo! Virou um pesado o Portal (Depoimento de morador em audiência pública, 2017)

O uso do território na Orla é hoje desfrute de turistas e moradores, na maioria dos casos, de outros bairros de Belém que fazem do espaço renovado o lugar do

PPGPP
30 ANOS

JOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023

CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUIS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA

Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS



lazer, da contemplação do rio, de passeio, de práticas de esportes, shows, o lugar do consumo e de tantas outras atividades que possam gerar lucros àqueles que o usam como um meio de produção com fins da expansão das taxas de lucros.

3 CONCLUSÃO

O referencial teórico que embasou a análise deste artigo, permite compreender que o direito à moradia digna vem sendo subtraído dos mais vulneráveis, econômica e socialmente, por diversos meios, sejam eles financeiros, políticos e ideológicos, uma vez que exclui do direito à cidade e moradia digna nos territórios urbanizados à população local que fazia uso da orla para a reprodução social.

Destarte, os resultados revelam que a Prefeitura Municipal de Belém, ao adotar a modalidade de GPUs para intervir nas áreas de baixadas, não tem a moradia de interesse social como um eixo prioritário da política urbana que tenha em vista atender à demanda das camadas mais vulneráveis que historicamente sobrevivem em condições inapropriadas de moradia em terrenos alagadiços e/ou alagados, como é o caso dos bairros da Bacia Hidrográfica da Estrada Nova, e também de outros bairros onde não há acesso ao abastecimento de água potável, energia elétrica, ruas pavimentadas e urbanizadas com saneamento básico e, quando se tem, tais serviços são precários e insuficientes.

Tal perspectiva é visível ao se observar o modus operandi dos projetos urbanísticos, como é o caso do Projeto Orla, que visou urbanizar a orla da BHEN com o discurso de resgatar a cidadania da população local, promovendo a melhoria nas condições de habitabilidade, mas, contraditoriamente, gerou diversos efeitos negativos sobre as condições de moradia e sobrevivência das famílias em auxílio aluguel diretamente atingidas pelo remanejamento.

Nesse sentido, a análise empírica se mostrou essencial para a compreensão dos desdobramentos que são gerados na vida das famílias que perderam suas moradias a partir da intervenção do referido projeto. Por mais precária que fosse sua

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP
30 ANOSJOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASILREIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICAFormação da Consciência de
Classe na Luta de HegemoniasCEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS

condição de habitabilidade no que tange ao aspecto da infraestrutura da casa e do bairro e, também, sua condição de ocupação irregular da posse, a casa representava um bem material conquistado a duras penas e, mais que isso, representa a segurança da família.

Dessa forma, o processo de deslocamento compulsório ou a remoção significou a perda da moradia como lugar de pertencimento na medida em que, residindo em casa alugada, as famílias em auxílio aluguel se sentem insatisfeitas e convivem com a insegurança da posse, pois, a qualquer momento, podem ser despejadas devido ao atraso no pagamento do auxílio.

Ao inserir as famílias remanejadas no auxílio aluguel, a Prefeitura tem corroborado para o aumento do custo de vida na área renovada pelo Projeto Orla em decorrência da especulação imobiliária. Em consequência, as famílias passam por um processo de empobrecimento, tendo em vista que o atual valor do auxílio de R\$ 500,00 (quinhentos reais) está defasado e é insuficiente para garantir a locação de uma moradia adequada, sendo necessário um complemento no valor do aluguel, o que dificulta a permanência das famílias na área revitalizada.

Nesse sentido, só é possível pensar no direito à moradia digna na perspectiva Lefebvriana de resgatar o habitar como o lugar de pertencimento com a ruptura total da estrutura da lógica burguesa de apropriação privada do solo urbano. Somente com a democratização do espaço revitalizado da orla é possível que as famílias possam acessar e exercer o direito à moradia digna.

REFERÊNCIAS

BELÉM, Prefeitura Municipal. Secretaria Municipal de Belém. **Relatório do Levantamento Socioeconômico da Estrada Nova**. Belém: SEHAB, fevereiro e março de 2008.

BELÉM, Prefeitura Municipal. **Estudo e Relatório de Impacto Ambiental do Programa de Recuperação Urbana e Ambiental da Estrada Nova - PROMABEN**. Belém: Engesolo Engenharia Ltda.; PMB, 2007.

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP
30 ANOS

JOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023

CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA
Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS

BELÉM, Prefeitura Municipal. **Orla da Estrada Nova**. J.G.P. Consultoria e Participação Ltda. São Paulo, junho de 2006.

CRUZ, Sandra H. R.; MARINHO, Taynáh de N. A. Participação e insurgência no contexto do PROMABEN em Belém do Pará. **Ser Social**: Revista do Programa de Pós-Graduação em Política Social. Brasília. Vol. 18, n. 39, 365-352, Jul, 2016.

CRUZ, Sandra H. R. **Grandes projetos urbanos em metrópoles amazônicas**: segregação social e moradia em Belém e Manaus. Tese (doutorado)–Núcleo de Altos Estudos Amazônicos; Universidade Federal do Pará, 2012.

HARVEY, David. **Cidades Rebeldes**: do direito à cidade à revolução urbana. Tradução Jeferson Camargo. São Paulo: Martins Fontes-selo Martins, 2014. p. 296.

LEFEBVRE, Henri. **A Cidade do Capital**. Tradução Maria Helena Rauta Ramos e Janur. 2 ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2001. p. 180.

MALHEIRO, Bruno Cezar Pereira. **Portos, portas e postais**: experiências, discursos e imagens produzindo a orla fluvial de Belém (PA). 2009. 187f. Dissertação (Mestrado) – Núcleo de Altos Estudos Amazônicos; Universidade Federal do Pará, Belém, 2009.

NALIN, Nilene M. **O trabalho do assistente social na política de habitação de interesse social**: o direito à moradia em debate. 2013. 252 f. Tese (Doutorado em Serviço Social) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2013.

PONTE, Juliano Pampola Ximenes. Urbanização e cursos d'água: elementos teóricos e históricos para a construção de uma problemática contemporânea de ordenamento territorial: o caso de Belém e o estuário guajarinó. In: **30º Encontro Anual da ANPOCS**, de 24 a 28 de outubro de 2006.

VARGAS, Dora. Moradia e pertencimento: a defesa do lugar de viver e morar por grupos sociais em processo de vulnerabilização. In: CARDOSO, Adauto L. et al (Org.). **Vinte e dois anos de política habitacional no Brasil**: da euforia à crise. Rio de Janeiro: Letra Capital - Observatório das Metrópoles, 2017. 378 p.

PROMOÇÃO



APOIO

